

Brasil-Nicarágua. Relatório de gestão  
LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, Embaixador  
2012-2016

Informo. O quadriênio 2012 - 2016, que compôs a minha gestão à frente da Embaixada em Manágua - missão que muito me honrou, foi marcado pela consolidação do Presidente Daniel Ortega e do sandinismo como principal centro de poder do país. Em termos bilaterais, as relações com o Brasil haviam chegado a nível de excelência sem precedentes desde o seu início em 1906. Esse patamar inédito se deveu, sem dúvida, ao bom relacionamento entre os Presidentes dos dois países, os quais, a partir, de 2007, com a visita oficial do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Manágua, assentaram as bases para um convívio mais denso, que se consubstanciou em projetos em várias áreas, mas sobretudo no setor de energia. Anteriormente amistosas e corretas, as relações bilaterais se aprofundaram significativamente a partir daquela vinda presidencial à Nicarágua - a primeira de um Chefe de Estado brasileiro a esse país.

2. O projeto de Tumarín foi o resultado concreto do Memorando de Entendimento sobre cooperação nas áreas de Energia e Mineração, um dos 12 acordos assinados durante a visita presidencial. A ser construída a 225 km de Manágua, no Rio Grande Matagalpa, a usina hidrelétrica teve custo estimado em US\$1,2 bilhão (10% do PIB do país) e previa a instalação de 253 MW - cerca de 1/3 da demanda energética da Nicarágua.

3. Tumarín revestia-se de relevante significado econômico - mudança da matriz energética para fonte "limpa" (diminuindo a dependência das outras termelétricas) - e político, por contribuir para diminuir o "déficit" energético estrutural da Nicarágua e fortalecer o Governo da Frente Sandinista. Caso construída, a represa seria a maior obra de infraestrutura na região centro-americana desde o Canal de Panamá (finalizado em 1914). Nem países com presença tradicional na América Central - como os Estados Unidos e o México - haviam financiado ou construído projetos da escala de Tumarín até o presente. A conclusão dessa empreitada teria colocado as relações do Brasil com a Nicarágua em patamar inédito em sua história. Assim sendo, Tumarín transformou-se no principal item da agenda bilateral. Consciente de sua especial relevância, dediquei-me a Tumarín prioritariamente durante a minha gestão em Manágua, quer participando das negociações, quer apoiando politicamente a iniciativa.

4. Participaram do projeto as empresas brasileiras Queiroz Galvão Internacional e Eletrobrás (responsáveis por 90% do investimento) que, juntas, formaram a "Centrales Hidroeléctricas de Centroamérica" (CHC). Associadas à Empresa Nicaraguense de Eletricidade (ENEL), formaram a "Centrales Hidroeléctricas de Nicaragua" (CHN), responsável pelo empreendimento. Os investimentos seriam financiados com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE) e de acionistas (Queiroz Galvão).

5. As negociações entre, de um lado, a Eletrobrás e a Queiroz Galvão e, de outro, o governo nicaraguense, foram longas, árduas e complexas, arrastando-se por mais de 6 anos. Ao assumir a Chefia do Posto, em 2012, a CHN já havia encaminhado a solução do espinhoso problema das indenizações dos proprietários das terras a serem inundadas pelo lago da represa de Tumarín. Em 2014, esse processo foi concluído com sucesso. A empresa desenvolveu intenso e bem sucedido programa de preservação do meio ambiente e de apoio à população afetada pela construção da usina.

6. No final de 2013, a equipe negociadora dos acionistas brasileiros (Eletrobrás e Queiroz Galvão), juntamente com os representantes de alto nível do Governo da Nicarágua, centravam-se em temas financeiros e técnicos, tais como o valor da tarifa, o ponto de entrega de energia, taxa de câmbio e construção de obras de acesso para o local das obras.

7. Esse processo negociador propiciou sucessivos acordos que permitiram a obtenção de entendimento definitivo sobre o projeto.

8. Em 21/3/14, foi assinada a "Acta de Acuerdos Finales de Tumarín", consagrando, dentre outros, os seguintes pontos: (a) prazo de licença de geração de energia aumentou de 30 para 39 anos; b) o consórcio brasileiro assumiria a construção das vias de acesso a Tumarín e as linhas de transmissão; c) preço de energia seria de US\$115,65 por MWh.

9. Esse acordo permitiu que a delegação brasileira chefiada pela Eletrobrás, e o Governo da Nicarágua, representado pela Comissão de Alto Nível para a Conclusão das Negociações do Projeto Hidrelétrico de Tumarín assinassem, em 22/8/14 o contrato de compra e venda de energia. Tratava-se do último e mais relevante documento relativo à Ata de 21/3/14 o qual ainda se encontrava pendente de acordo. Com a sua assinatura, encerravam-se, com êxito, as longas negociações sobre as características e o preço do projeto. O próximo passo seria a construção da hidrelétrica.

10. A realização do projeto encontrou obstáculo decisivo na questão do seu financiamento. A difícil conjuntura política e econômica por que atravessou o Brasil a partir de 2015 impossibilitou a transferência dos recursos do BNDES para a concretização da obra. O consórcio brasileiro tentou ainda buscar soluções alternativas para o financiamento da empreitada.

11. No entanto, em 4/3/16, o Governo nicaraguense decidiu terminar o projeto. Sugeriu uma terminação amigável, expressando a sua compreensão quanto ao difícil momento por que o Brasil atravessava. Em seguida, chegou-se a acordo final, em 22/7/16, pelo qual a Eletrobrás e a Queiroz Galvão vendiam as ações da CHN para a Empresa de Energia Elétrica da Nicarágua. Dessa forma, encerrou-se satisfatoriamente o processo de terminação do projeto de Tumarín.

12. Durante a minha gestão, concedi especial atenção ao programa de cooperação técnica bilateral. Amparado pelo Acordo Básico vigente desde 2008, o programa alcançou maior dinamismo com a celebração, em Manágua, das duas primeiras reuniões do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Nicarágua.

13. A I Reunião foi celebrada entre 19 e 27/10/13. As delegações dos dois países expuseram detalhadamente as ações realizadas e previstas no âmbito dos projetos em execução, bem como negociaram a inclusão de novos projetos nas áreas de agricultura, energia, saúde e meio ambiente. Da mesma forma, na II Reunião (19-23/10/15), repassaram as atividades empreendidas desde 2013 e decidiram incorporar 5 novos projetos nos setores de agricultura, energia, meio ambiente e segurança pública. As reuniões do Grupo de Trabalho se revelaram mecanismo eficiente para avaliar, corrigir e dinamizar o programa de cooperação técnica entre os dois países.

14. Atualmente, o programa se acha composto por 4 projetos em execução, 4 em processo de assinatura e 1 em negociação. As principais áreas de cooperação são a saúde, o meio ambiente, a habitação e a energia. Os êxitos alcançados reforçam a agenda positiva com a Nicarágua e promovem o estreitamento dos laços entre as instituições parceiras - sendo o programa de cooperação técnica o principal instrumento de política externa entre o Brasil e o país centro-americano.

15. Nesse quadro, assinalo que, recém chegado a Manágua, coube-me inaugurar, em 1/11/12, o primeiro banco de leite humano nicaraguense, instalado no âmbito do projeto "Implementação de Banco de Leite Humano na Nicarágua". A cerimônia teve lugar no Hospital da Mulher "Bertha Calderón Roque" e foi precedida por curso de capacitação de

profissionais nicaraguenses ministrado por técnicas brasileiras. O Vice-Ministro da Saúde, Elias Guevara, participou do ato, que foi amplamente divulgado na mídia local. A Fiocruz foi a instituição cooperante do Brasil.

16. Já em 2015, merecem destaque os excelentes resultados obtidos com o projeto "Suporte Técnico para a Melhoria dos Processos de Carbonização Vegetal", iniciado em 2012, com o objetivo de fortalecer a capacidade local no uso sustentável de recursos renováveis. O projeto ensejou também a participação de técnicos e produtores nicaraguenses no I Fórum Brasileiro de Bioenergia, celebrado na Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais. A fase final do projeto consistiu na construção de 3 fornos queimadores e o posterior treinamento dos produtores locais nas localidades de Apompuá, Tamborcito e Dipilto (maio a outubro de 2015).

17. A cooperação no setor de televisão digital e comunicações registrou desdobramentos dignos de nota. Em 4/8/15, foi assinado o Memorando de Entendimento entre o Instituto Nicaraguense de Telecomunicações e Correios (TELCOR) e o Ministério do Interior e Comunicações do Japão, por meio do qual a Nicarágua confirmou a adoção do padrão nipo-brasileiro de TV Digital (ISDB-T).

18. A decisão nicaraguense contribuiu sobremaneira para conceder massa crítica à presença do ISDB-T na América Central, onde Costa Rica, Guatemala e Honduras adotaram igualmente o padrão nipo-brasileiro de TV-Digital e contou com a cooperação de Brasil e do Japão para implantação do modelo.

19. Ainda em 08/15, delegação do Instituto Nicaraguense de Telecomunicações e Correios (TELCOR) visitou Brasília e Rio de Janeiro, onde foram assinados Memorandos de Entendimentos com a ANATEL, com o Ministério das Comunicações e com a empresa de satélites Embratel Star One. Os documentos estabelecem mecanismos de cooperação em áreas como a convergência tecnológica em comunicações, regulação, segurança cibernética, coordenação de redes satelitais, tecnologias da informação e da comunicação (ITCS), capacitação técnica em satélites e cooperação em televisão digital. A delegação nicaraguense mostrou especial interesse na cooperação para o desenvolvimento do setor de telecomunicações, levando em conta a relevância estratégica de matérias como a segurança cibernética e a construção do canal interoceânico.

20. Não posso terminar o relatório de gestão sem expressar que as atividades da Embaixada foram especialmente prejudicadas pela drástica redução das verbas destinadas ao Ministério das Relações Exteriores, tendência agravada pela crise política, econômica e financeira sobretudo a partir de 2014. Todos os setores dessa Missão Diplomática foram atingidos pela contenção de gastos, seja na administração, seja nas áreas substantivas como a cultural e a promoção comercial.

21. Desde que cheguei a Manágua, os recursos destinados ao custeio da Embaixada (Chancelaria e Residência) foram diminuídos devido ao contingenciamento imposto para combater a crise financeira e orçamentária que tomou conta da economia do país. Foi um esforço difícil e penoso poder honrar todos os compromissos financeiros da Embaixada em dia, obtido por ter contado com a ajuda de dedicada equipe de funcionários, cujo profissionalismo ressalto. Esse grupo de servidores contribuiu decisivamente para que a administração da Embaixada fosse levada ao bom termo.

22. Os setores cultural e de promoção comercial também sofreram com o contingenciamento de verbas. Por falta de recursos, não foi possível implementar as programações culturais a partir de 2013. Assim sendo, concentrei-me na preservação do Centro Cultural Brasil-Nicarágua (CCBN). Como núcleo fundamental de ensino e divulgação da cultura brasileira (curso de português, palestras em universidades) em Manágua e no país. O CCBN constitui o principal instrumento de difusão cultural de que dispomos na Nicarágua, com equipe de 7 professores.

23. Ao assumir a Chefia do Posto, em 2012, as relações do Brasil com a Nicarágua atravessavam o melhor momento desde o seu início em 1905. A construção de Tumarín pelo consórcio brasileiro teria colocado esse relacionamento em nível inédito e consolidariam a presença do Brasil na região. No entanto, a crise política econômica e financeira que incidiu sobre o Brasil impediu que se explorassem adequadamente as potencialidades que até então se ofereciam na agenda bilateral. De qualquer maneira, devemos continuar a conceder atenção à América Central e à Nicarágua, em particular, marcando a cooperação positiva do Brasil como parceiro internacional confiável e seguro. Assim sendo, recomendo ao meu sucessor a continuidade e aprofundamento da cooperação nos setores de cooperação técnica e cultural, relevantes instrumentos de política externa e de aproximação com a Nicarágua.

LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, Embaixador